

Conjuntura Proposta para segurar preço é válida até fim de maio e custaria R\$ 3 bi, com União pagando a governos regionais metade da receita perdida

Fazenda propõe corte de ICMS e ajuda a Estados no diesel importado

Giordanna Neves e
Guilherme Pimenta
De Brasília

O Ministério da Fazenda propôs ontem aos Estados reduzir a zero o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o diesel importado, de forma a mitigar os impactos no preço dos combustíveis decorrentes dos conflitos no Oriente Médio. A proposta prevê que a União compensará 50% da renúncia fiscal dos entes.

Secretários de Fazenda ouvidos pelo Valor avaliam que a proposta enfrenta desafios operacionais, dúvidas jurídicas e questionamentos quanto à sua eficácia. Eles decidiram aprofundar a análise da medida, e a decisão deve ser tomada até 27 de março, em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em São Paulo.

A medida, apresentada ao Confaz, seria válida até 31 de maio, com impacto estimado de R\$ 3 bilhões por mês — dos quais R\$ 1,5 bilhão seria arcado pela União, e o restante, pelos Estados. Portanto, para o governo federal e para os Estados, o custo total seria de R\$ 3 bilhões, considerando a vigência por dois meses. A iniciativa não se aplica ao diesel nacional.

Para viabilizar a compensação, o governo avalia editar um crédito extraordinário, apurou o Valor. Assim, a despesa ficaria fora do limite de gastos, mas seria contabilizada na meta de resultado primário. Técnicos afirmam que ainda é cedo para uma decisão, uma vez que a medida depende do aval dos governadores, mas a alternativa está em análise.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Duri-

gan, afirmou que, de acordo com a proposta, os Estados apurariam qual a renúncia exata. Já o governo federal faria “uma espécie de subvenção direta para os Estados”.

“Estamos fazendo o melhor possível, respeitando a governança da Petrobras, adotando as medidas que têm neutralidade fiscal, com a menor intervenção possível”, disse a jornalista, na Fazenda, após reunião virtual com os Estados.

O secretário também disse que o Brasil tem que importar cerca de 27% do diesel consumido no país. “Essa importação tem se descasado do preço interno, do preço feito pela Petrobras e por outros atores privados, por conta da guerra, por conta do custo do barril, do custo de frete, do custo de seguro”, disse.

Segundo fontes dos Estados, a proposta tem um desenho complexo. A dificuldade está no fato de que o diesel não necessariamente será totalmente de origem importada, podendo conter combustível importado e nacional misturados. Com isso, a distribuidora não teria como identificar facilmente qual a parcela do combustível beneficiada pela subvenção.

“Estamos fazendo o melhor possível, respeitando a governança da Petrobras, adotando medidas que têm neutralidade fiscal”
Dario Durigan

O ex-auditor da Receita e presidente do Comitê Tributário Brasileiro (CTB), Adriano Subirá, explica que a distribuidora tem papel central nesse fluxo, já que ela pode comprar o diesel da refinaria nacional ou importá-lo. “Ou seja, todo o diesel consumido no mercado nacional passou por uma distribuidora, mas nem todo diesel consumido no Brasil saiu da refinaria, uma parte foi importada direto pela distribuidora”, explicou.

Também foram levantadas dúvidas jurídicas pelos técnicos dos Estados. Considerando que a legislação trata da tributação do produto — no caso, o diesel —, questiona-se até que ponto haveria ruptura do “princípio da não discriminação” ao dar tratamento diferenciado apenas ao diesel importado.

Outro ponto ponderado pelos Estados é a efetividade da medida. Na avaliação de alguns técnicos, a experiência mostra que reduções tributárias nem sempre chegam integralmente ao consumidor final, o que pode resultar em um custo elevado frente ao benefício esperado. Esse aspecto, segundo os secretários, precisa ser avaliado — por isso, ficou decidido que os pontos serão estudados até a próxima reunião do Confaz.

Na visão de uma fonte, como a medida é considerada complexa, o “tempo acaba correndo contra”. Embora haja expectativa de alguma implementação para atenuar o preço dos combustíveis, técnicos dos Estados consideram que a solução final pode não ocorrer exatamente nos moldes propostos pelo governo, mas reforçam que a proposta será estudada.

Ver também página A6

Impacto sobre a inflação é pequeno e seria revertido, dizem economistas

Marcelo Osakabe, Marta Watanabe e Grace Vasconcelos
De São Paulo

A isenção da cobrança do ICMS sobre o diesel no país poderia tirar 0,01 a 0,5 ponto percentual (p.p.) do IPCA no curto prazo, mas este efeito seria apagado com a retomada da cobrança, não afetando a inflação acumulada do ano, avaliam economistas.

“Entendo que é medida de curto prazo, com vistas à expectativa de moderação das cotações do petróleo mais adiante, cenário que, se confirmado, aponta para ajuste mais modesto da defasagem a partir de meados do ano”, diz o economista Fábio Romão, da Logos Economia.

Segundo ele, o ICMS representa cerca de 17% do preço na bomba do diesel importado, que é aproximadamente 27% do preço consumido no país. Um corte dessa magnitude resultaria em queda por volta de 5% no preço do combustível.

A proposta do governo pode tirar até 0,05 p.p. do IPCA este ano, caso permaneça em vigor até o fim do ano, nos cálculos da Warren. Caso o corte do imposto seja temporário, o efeito líquido sobre o IPCA é zero, ressalta a estrategista de inflação da corretora, Andréa Angelo.

Para Braz, a medida é paliativa, mas necessária para reduzir o impacto enquanto os preços não caem. Ele acredita que não há solução fácil para a crise e que todas as alternativas têm custo, mas são importantes para amenizar o impacto no custo de vida.

“Para diminuir o impacto, enquanto os preços não caem, é redução de imposto, é aumento de imposto de importação. Todas essas medidas são paliativas. Eu acho que não existe solução fácil; todas elas



Fabio Romão, da Logos Economia

o preço internacional está 52% mais caro do que no país. A redução do ICMS não vai compensar essa defasagem”, afirmou Leal.

Leal lembra que os novos custos se somam ao primeiro pacote para conter a alta dos preços, que já deve ter um custo de R\$ 30 bilhões. “Acho uma situação difícil para o governo, porque ele tem dois problemas: um de preço e outro de quantidade. Este último só se resolve se o primeiro for equacionado, mas isso terá um custo alto”, destaca.

Para Braz, a medida é paliativa, mas necessária para reduzir o impacto enquanto os preços não caem. Ele acredita que não há solução fácil para a crise e que todas as alternativas têm custo, mas são importantes para amenizar o impacto no custo de vida.

“Para diminuir o impacto, enquanto os preços não caem, é redução de imposto, é aumento de imposto de importação. Todas essas medidas são paliativas. Eu acho que não existe solução fácil; todas elas

têm custo, mas são tentativas de reduzir o impacto disso no Brasil, no custo de vida das pessoas”, disse.

A proposta do Ministério da Fazenda preocupa os secretários de Fazenda, que levantam questões legais, como a possibilidade de diferenciar a tributação sobre importações das demais operações com o combustível, além das restrições para concessão de benefícios fiscais. O impacto sobre a fatia no bolo do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo que será implantado com a reforma tributária, também está no radar. A decisão, porém, será dos governadores, destacam fontes próximas a secretarias de Fazenda estaduais.

É preciso, dizem pessoas próximas às Fazendas estaduais, analisar juridicamente a proposta que deve ainda ser apresentada por escrito pelo governo federal.

O ICMS sobre diesel é atualmente pago por valor fixo de R\$ 1,17 por litro, unificado em todo o país, no chamado modo ad rem. A alta do preço do petróleo, portanto, demora para se refletir na arrecadação do imposto. Deve acontecer somente quando houver um novo cálculo do valor cobrado por litro. Uma nova alíquota ad rem sobre diesel só deve vir a partir de 2027.

A zeragem de alíquota na importação, porém, ainda que temporária, reduziria a arrecadação neste ano de 2026, que integra o período — 2019 a 2026 — que dará base para a definição da fatia do IBS, o novo imposto que será instituído pela reforma tributária. Considerando isso, os Estados, nos últimos anos, têm se esforçado para elevar a arrecadação de ICMS, seja por aumento da alíquota padrão, seja por corte de benefícios, seja por concessão de parcelamentos extraordinários.

Comércio em

PAUTA

Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac



ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA FORTALECE NEGÓCIOS NO BRASIL

O Congresso Nacional promulgou na terça-feira (17) o Decreto Legislativo nº 14/2026, que consolida o acordo provisório de comércio entre o Mercosul e a União Europeia, encerrando 26 anos de negociações e abrindo uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo classificou a medida como um marco para a inserção internacional do Brasil.

A sessão solene foi conduzida pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, e reuniu

autoridades como o vice-presidente Geraldo Alckmin e o chanceler Mauro Vieira. Em discurso, Alcolumbre afirmou que o acordo amplia mercados, fortalece a presença internacional do Brasil e estimula o crescimento econômico.

O tratado prevê a redução ou eliminação de tarifas para 91% dos produtos europeus importados pelo Mercosul e 95% das exportações ao bloco, que movimentou cerca de US\$ 100 bilhões em comércio com o Brasil em 2025. Juntos, Mercosul e União Europeia somam 718

milhões de habitantes e um PIB de US\$ 22,4 trilhões.

Para José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, o acordo amplia o acesso a mercados, reforça a segurança jurídica e cria oportunidades para elevar a competitividade, com impactos em setores como tecnologia, economia digital, turismo e serviços. “A medida tende a estimular investimentos, diversificar exportações e modernizar cadeias produtivas em um cenário global mais protecionista”, avalia Tadros.



Sessão solene no Congresso Nacional em que foi promulgado o decreto do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, após 26 anos de negociações

CIRCUITO SESC DE CORRIDAS PROMOVE PROVAS EM TODO O PAÍS

A corrida de rua se consolidou como um dos esportes mais populares entre os brasileiros. Levantamento da Associação Brasileira de Organizadores de Corridas de Rua e Esportes Outdoor aponta que o País realizou 5.241 provas no último ano, um crescimento de 85% em relação ao período anterior. O Circuito Sesc de Corridas acompanha esse crescimento. Em 2018, quando foi criado, o projeto registrou 107 provas com 72,2 mil participantes. No ano passado, o circuito alcançou 147 provas, com a participação de 110.800 atletas em diferentes regiões do Brasil. O Estado do Paraná liderou o número de etapas, com 25 corridas realizadas ao longo do ano, seguido pela Bahia, com 19, e pelo Rio Grande do Sul, com 18.

As distâncias de 5 km e 10 km são as mais procuradas pelos participantes. Em alguns estados, o circuito também inclui percursos menores destinados às crianças, iniciativa que estimula a prática esportiva desde

cedo e fortalece a participação das famílias. Para este ano, a expectativa é ampliar ainda mais o alcance do projeto, com previsão de reunir mais de 160 mil atletas nas etapas realizadas em todo o País.



Circuito Sesc de Corridas Rio Grande do Sul: foram 147 provas em todo o País em 2026

EDUCAÇÃO DIGITAL MUDA TRAJETÓRIAS NA AMAZÔNIA

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e a Cisco lançam filme que retrata o impacto da formação em tecnologia da informação na transformação de vidas na Amazônia. Produzido pela BBC Studios e integrante da série Age of Automation, o conteúdo acompanha a trajetória do estudante João Davi Guimarães Monteiro e da instrutora Simone Cristina Cavalcante Amaral, no Senac Belém. Natural de uma comunidade de ribeirinha em Maracanã,

no Pará, Davi encontrou na educação profissional uma oportunidade de inserção no mercado de tecnologia, com apoio da plataforma Cisco Networking Academy. Já Simone, que atuava como analista de suporte, consolidou carreira como docente em um segmento ainda marcado por baixa presença feminina.

A iniciativa destaca a parceria entre Senac e Cisco que dura mais de 25 anos e já beneficiou milhões de alunos no mundo, sendo mais de 1

milhão no Brasil. Segundo o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, o foco é ampliar o acesso à educação e à cidadania em regiões remotas.

Com atuação em mais de 2,2 mil municípios, o Senac investe em unidades móveis para levar qualificação a áreas de difícil acesso. No Amazonas, a balsa-escola equipada com tecnologia da Cisco já realizou mais de 20 mil atendimentos, ampliando a inclusão digital na região.



Alunos do Ensino Médio do Senac Paraitaba: parceria de 25 anos entre Senac e Cisco já beneficiou mais de 1 milhão de alunos brasileiros